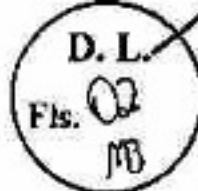
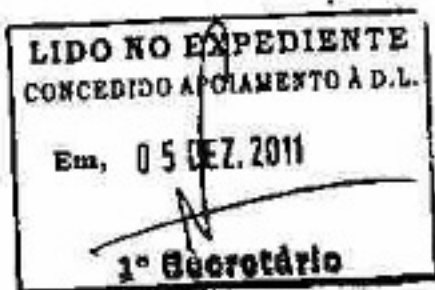




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PROJETO DE LEI Nº... 937/11



SÚMULA: Institui o "Dia 25 de maio como Dia do Tecnólogo em Gestão Pública do Estado do Paraná".

Art. 1º Fica instituído o dia **25 DE MAIO** como o dia do "Tecnólogo em Gestão Pública" do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões, 05 de dezembro de 2012.


ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL

14132 05/12/2011 009992 DP 25500210 LEGISLATIVA DE PR



JUSTIFICATIVA

A Razão do Projeto

Em 25 de maio de 2011 o **INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ** fez a maior formatura de um curso superior no Brasil com 6.000 formandos no **CURSO SUPERIOR EM TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA**, onde tais alunos fizeram o **CURSO A DISTÂNCIA** em várias tele-salas em todo Estado Do Paraná, sendo alunos das Prefeituras, do **Governo do estado e do Governo Federal**.

Atualmente já existe nova turma com 2000 servidores em todo Estado do Paraná e com projeto a ser desenvolvido pelo Instituto Federal do Paraná, para um curso a Distância em todo Brasil.

A Administração pública iniciou um processo de profundas transformações em sua estrutura, com compartilhamento e rupturas de características dos modelos de gestão pública patrimonialista, burocrático e gerencial e com as mudanças, especialmente da última década do século XX por avanços do conhecimento dos sistemas de comunicação e processamento tecnológico de Informação (Brasil 2001, Oliveira 2008) necessitando de servidores que se adaptem à nova realidade da gestão pública atual.

Assim que conto com os nobres pares para apoiar e aprovar este importante projeto que estabelece um marco de um novo tempo de aperfeiçoamento da gestão pública paranaense a partir do aprimoramento dos diversos atores que atuam nos inúmeros órgãos e instituições públicas do estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



ANÁLISE AO PROJETO DE LEI 937/11

Projeto de Lei nº 937/11

Autor: Deputado Estadual ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR

Súmula: Institui o Dia 25 de Maio como dia do Tecnólogo em Gestão Pública do Estado do Paraná.

EMENTA: INSTITUI O DIA 25 DE MAIO COMO DIA DO ESTADO TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DO ESTADO PARA LEGISLAR SOBRE CULTURA E FOMENTA-LA, ARTS. 24, X E 215, CAPUT, INICIATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, ART 65, CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. ANÁLISE FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão de Mattos Leão Junior, objetiva instituir o dia 25 de Maio como dia do Tecnólogo em Gestão Pública do Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º A Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe, em seu artigo 24, X, que é de competência da União, Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre cultura, sendo, ainda, conforme estabelece o artigo 215, caput, de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 24, caput, CF/88. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

IX - educação, cultura, ensino e desporto.

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

U. L.
Fls. 13
C

Art. 215, caput, CF/88. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Conforme estabelece a **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**, em seu artigo 190, caput, a cultura é de direito de todos e deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, Estaduais e Municipais, senão vejamos:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e municipal, com a participação de todos os segmentos sociais, visando a realização dos valores essenciais da pessoa.

A própria Constituição Federal já define o conteúdo do patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; estabelece a obrigatoriedade do poder público, com a colaboração da comunidade, de promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas¹.

¹ DE MORAES, Alexandre. *Direito Constitucional*. Ed. Atlas: São Paulo, 2007. 22ª. ed. pg 808.



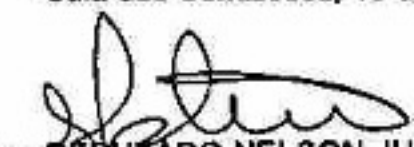
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

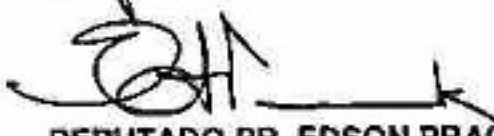
D. L.
Fls. 14
C


CONCLUSÃO

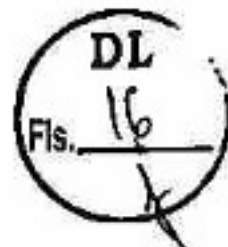
Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do
presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, 13 de março 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PR. EDSON PRACZYK
RELATOR


Carlos
S. Filho



GABINETE DO DEPUTADO PROFESSOR LEMOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 937/2011

**SÚMULA: INSTITUI O DIA 25 DE MAIO COMO O DIA DO
TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA NO ESTADO DO
PARANÁ.**

Projeto de Lei nº 937/11

Autoria: Dep. Artagão de Mattos Leão Júnior

O presente Projeto de Lei tem por objetivo instituir o dia 25 de maio como o dia do Tecnólogo em Gestão Pública, no Estado do Paraná.

Previamente analisado pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Legalidade e Constitucionalidade, esta opinou pela sua aprovação.

Após Parecer Favorável exarado em definitivo pela Comissão de Constituição e Justiça sob os aspectos da Constitucionalidade, Legalidade e Técnica Legislativa, encaminhou-se o referido Projeto, igualmente, para análise e Parecer desta Comissão de Educação, com designação deste Deputado para relatar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

CONCLUSÃO




Chamada esta Relatoria a se manifestar, após análise, não encontramos nenhum óbice que possa impedir a sua normal tramitação, razão pela qual EMITIMOS PARECER FAVORÁVEL pela APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei na forma apresentada.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 2012.


Deputado Professor Lemos

Relator Designado


Dep. Evandro Junior
Presidente







PROJETO DE LEI N. 123/2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 27 MAR. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Obriga as instituições financeiras a informarem ao consumidor acerca do desconto em caso de antecipação do adimplemento de dívidas.

Art. 1º. Ficam as instituições financeiras e demais estabelecimentos que operam com financiamento, crediário, empréstimos e/ou outras operações congêneres, obrigadas a afixar no interior de seus estabelecimentos, placa ou cartaz informativo sobre o direito do consumidor que, ao antecipar a quitação de débito, ter redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

Parágrafo único. A placa ou cartaz deverá conter os seguintes dizeres: "Nos termos do artigo 52, parágrafo 2º da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), fica assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos".

Art. 2º. As informações de que trata o artigo anterior deverão estar também inseridas em todos os contratos firmados e boletos resultantes das operações de crédito.

Art. 3º. As placas ou cartazes de que trata o artigo 1º, deverão ser afixados dentro das instituições financeiras e demais estabelecimentos que operam com



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion



03

financiamento, crédito, empréstimos e/ou outras operações em local visível ao público, para que possa ser lido à distância, ficando obrigadas as referidas instituições a confeccionarem a placa ou cartaz.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de março de 2012.

PEDRO LUPION

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 13, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, o Estado detém competência concorrente com a União para legislar acerca de matérias em que envolvem relação de consumo, conforme adiante se verifica:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:
[...]
V - produção e consumo; [...]

Pois bem.

O volume de operações de crédito no sistema financeiro nacional vem crescendo vertiginosamente no país, bem como se pode observar um crescente número de empresas de empréstimo pessoal e congêneres em nosso País.

No acumulado dos últimos 12 meses, o aumento dessas operações chega a 19,4% em relação ao período anterior.

A presente propositura pretende tornar obrigatória a afixação de placas ou cartazes informativos avisando e esclarecendo sobre o direito do consumidor que ao antecipar o seu débito, tem direito à redução proporcional dos juros e demais acréscimos pelas instituições financeiras e outros estabelecimentos que operem com financiamento, crediário, empréstimos ou outras operações financeiras do gênero no Estado do Paraná.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Gabinete Deputado Pedro Lupion

D.L. 05
Fls. 05
C

O Código de Defesa do Consumidor dispõe em seu artigo 52, parágrafo 2º, que todo o consumidor que optar pelo pagamento antecipado da dívida, total ou parcialmente, terá garantida a redução proporcional dos juros e demais acréscimos que incidiriam sobre essa dívida, *in verbis*:

Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo prévia e adequadamente sobre:

- I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;
- II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;
- III - acréscimos legalmente previstos;
- IV - número e periodicidade das prestações;
- V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

~~§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigação no seu termo não poderão ser superiores a dez por cento do valor da prestação.~~

§ 1º As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. (Redação dada pela Lei nº 9.298, de 1º.8.1996)

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

§ 3º (Vetado).

Ocorre que a maioria dos consumidores desconhece esse direito, e tampouco as empresas se preocupam em informá-los. Assim, nossa proposta se torna oportuna, tendo em vista que terá um grande alcance social, pois dará publicidade permanente a um direito já disposto no Código de Defesa do Consumidor.

Assim, mediante os motivos expostos, é que solicitamos o apoio dos nobres Deputados para aprovação deste Projeto de Lei.

Praça Nossa Senhora da Salete s/n, Gabinete 806 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná
41 3350-4006



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 123/2012

Projeto de Lei nº 123/12
Autor: Deputado Pedro Lupion

Súmula: Obriga as Instituições financeiras a informarem ao consumidor acerca do desconto em caso de antecipação do adimplemento de dívidas.

EMENTA: DIVULGAÇÃO QUANTO À REDUÇÃO PROPORCIONAL DE JUROS E DEMAIS ACRÉSCIMOS NO CASO DE ANTECIPAÇÃO DA QUITAÇÃO DE DÉBITO. ART. 24, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 6º, III, E 25, §2º DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. DIREITO À AMPLA E ADEQUADA INFORMAÇÃO CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE AUFERIDAS. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Pedro Lupion, visa obrigar as instituições financeiras e demais estabelecimentos que operam com financiamento, crediário, empréstimos e/ou outras operações congêneres a afixar no interior de seus estabelecimentos, placa ou cartaz informativo sobre o direito do consumidor que, ao antecipar a quitação de débito, tenha redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

Em sua justificativa, o nobre deputado demonstra sua preocupação em trazer a conhecimento dos consumidores o direito da opção pelo pagamento antecipado da dívida.



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, inciso I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre o assunto DE DIREITO DO CONSUMIDOR, a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA prevê no artigo 24, inciso V, a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar, conforme segue:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

Como não poderia ser de forma contrária, determina a CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, conforme artigo 13, inciso V:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;



Conforme dispõe o próprio art. 6º do Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, asseguradas a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações;

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

No caso em tela, vislumbra-se que o objetivo não é divulgar o produto ou o serviço, mas sim, divulgar o teor legal que revela o direito do consumidor.

Da justificativa do nobre Deputado autor do Projeto (fls. 05) extrai-se que "o Código de Defesa do Consumidor dispõe em seu artigo 52, parágrafo 2º, que todo o consumidor que optar pelo pagamento antecipado da dívida, total ou parcialmente, terá garantida a redução proporcional dos juros e demais acréscimos que incidiram sobre essa dívida,

De fato, dispõe referido artigo que:

Art. 52. No fornecimento de produtos ou serviços que envolva outorga de crédito ou concessão de financiamento ao consumidor, o fornecedor deverá, entre outros requisitos, informá-lo previamente e adequadamente sobre:

I - preço do produto ou serviço em moeda corrente nacional;

II - montante dos juros de mora e da taxa efetiva anual de juros;

III - acréscimos legalmente previstos;

IV - número e periodicidade das prestações;



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná DL
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 16

V - soma total a pagar, com e sem financiamento.

§ 1º *As multas de mora decorrentes do inadimplemento de obrigações no seu termo não poderão ser superiores a dois por cento do valor da prestação. (Redação dada pela Lei nº 9.298, de 1º.8.1996)*

§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.

O Ato continuou, ressaltou o Deputado Pedro Lupion que (fls. 05) "a maioria dos consumidores desconhece esse direito, e tampouco as empresas se preocupam em informá-los."

Assim, o presente projeto, ao obrigar as instituições financeiras e demais estabelecimentos relacionados a afixarem placas e dizeres informativos acerca do direito assegurado no §2º do art. 52 do CDC é constitucional e legal, eis que visa garantir o conhecimento da norma por todos os cidadãos, incluindo os mais simples que a desconhecem.

O Por outro lado, a técnica legislativa encontra-se perfeitamente ajustada ao disposto na Lei Complementar nº 95/98, não havendo óbices que impedem a tramitação do presente projeto.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.

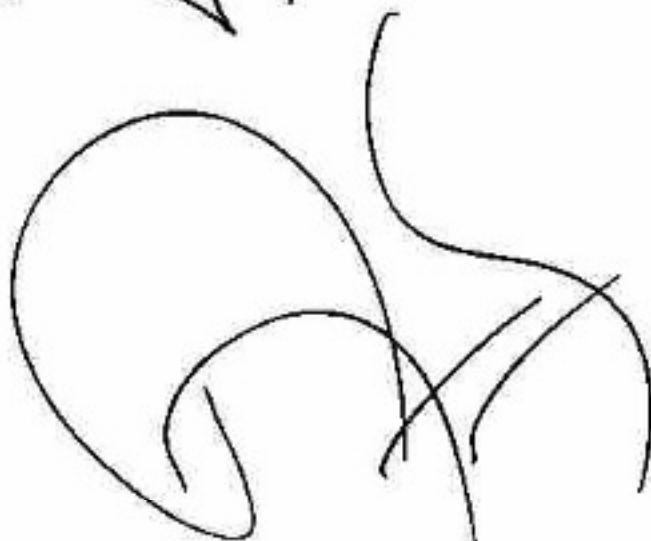


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná DL
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Fls. 17


DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR
Relator















Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Paranhos

Vice-Presidente: Deputado Adelfino Ribeiro

Membros Titulares: Deputado Cláudio Klese, Deputado Nereu Moura, Deputado Pedro Lupion,
Deputado Péricles de Hollenbach Mello e Deputada Rosa Litro



Comissão de Defesa do Consumidor

Parecer ao Projeto de Lei no. 123/2012

Autor: Deputado Pedro Lupion

Sumula: Obriga as instituições financeiras a informarem ao consumidor acerca do desconto em caso de antecipação do adimplemento de dívidas

Justificativa: Facilitar o acesso dos consumidores às informações sobre a quitação de dívidas que possuem encargos e obrigar as instituições financeiras a conceder os descontos legais

Pareceres favoráveis: Comissão de Constituição e Justiça

Parecer:

O Projeto de Lei apresentado não possui qualquer óbice frente à legislação consumerista, sendo de grande relevância para os fins propostos.

Diante disso, a Comissão emite parecer favorável ao prosseguimento da tramitação do presente Projeto de Lei.

Sala de Reuniões, em 03 de 07 de 2012

Deputado Paranhos
Presidente

Deputado Cleiton Kielse
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER PL Nº. 123/12

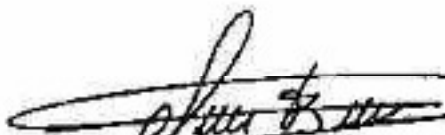
Autor: Dep. Pedro Lupion.
Relator: Dullio Genari.


Súmula: Obriga as instituições financeiras a informarem ao consumidor acerca do desconto em caso de antecipação do adimplemento de dívidas.

A quitação antecipada do débito com o desconto é direito do consumidor e as empresas de crédito não podem negar este direito, mesmo que esteja previsto contratualmente porque o CDC é norma de ordem pública e afasta qualquer disposição contratual que contrarie suas normas jurídicas.

Diante do exposto, opina-se pelo PARECER FAVORÁVEL do presente projeto de Lei.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE COMISSÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO


DEPUTADO DULIO GENARI
RELATOR






ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
PARANÁ

02
J. L.
Fls. 02
C

2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura

PROJETO DE LEI Nº 124/2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.
Em, 27 MAR 2012
Ruy
1º Secretário

Sumula: Fica Denominado "LUIZ
FILIPE MARQUES" o Auditório do
Colégio Estadual Antônio dos Três
Reis de Oliveira, em Apucarana.

Art. 1º Fica denominado "LUIZ FILIPE MARQUES" o Auditório
do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira localizado no
Município de Apucarana.

Parágrafo Único. O estabelecimento de ensino, além da localização
especificada no caput deste artigo, tem como endereço a Rua Santa
Helena, localizada entre as ruas Luiz Cazangi e São Leopoldo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mauro Moraes
MAURO MORAES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei faz uma justa homenagem a Luiz Filipe Marques, filho de José Luiz Marques e Sueli Aparecida Rosa, moradores pioneiros do Núcleo Habitacional Djalma Mendes em Apucarana.

O Jovem Luiz Filipe, desde a mais tenra idade apresentava sinais de que era um líder em potencial, sempre presente em atividades de sua igreja e comunidade; era muito estimado pela população do bairro por seu carisma e disposição em fazer o bem e ajudar os menos favorecidos

Infaustamente em um retiro espiritual promovido pela igreja que Luiz Filipe frequentava no dia 11 de março de 2006, veio a falecer, vítima de um afogamento com apenas 12 anos de idade.

O falecimento de Luiz Filipe, chocou a comunidade onde vivia, seus amigos e familiares prestaram várias homenagens ao jovem que se foi cedo, mas ainda sim deixou uma lembrança de bondade e esperança no coração de todos aqueles com quem conviveu.

Neste sentido, com este projeto pretende nomear-se o auditório da Escola Estadual Antonio dos três Reis de Oliveira, a segunda maior estrutura da rede pública do Estado do Paraná, localizada em Apucarana, uma escola que preza o atendimento a adolescentes com necessidades especiais e conta com moderna infraestrutura para diariamente atender 2000 alunos em período integral, jovens que como Luiz Filipe, sonham com um futuro melhor, e motivados por sua comovente história, façam o melhor a seus semelhantes.





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI 124/2012

Projeto de Lei nº 124/2012

Autor: Deputado Estadual Mauro Moraes

Súmula: Fica denominado de "Luiz Filipe Marques" o Auditório do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira, em Apucarana.

EMENTA: RETORNO DE DILIGÊNCIA. DENOMINAÇÃO DE AUDITÓRIO DE COLÉGIO ESTADUAL ART. 238, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 55 DA LEI FEDERAL 8761/88. NECESSIDADE DE AVERIGUAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE DENOMINAÇÃO PRÉ-EXISTENTE. PARECER TÉCNICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MANIFESTANDO-SE FAVORAVELMENTE. CONSTITUCIONAL PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Estadual Mauro Moraes, tem por objetivo denominar de "Luiz Filipe Marques" o Auditório do Colégio Antônio dos Três Reis de Oliveira, situado em Apucarana.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L. 120
Fls. 120
[Signature]

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

É de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre educação, conforme o artigo 24, inciso IX, da Constituição Federal, determina:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

IX - educação, cultura, ensino e desporto;

O artigo 65 da CONSTITUIÇÃO DO ESTADO determina que qualquer membro da Assembleia Legislativa possui competência para propor projetos de Leis Ordinárias e Complementares, senão vejamos:

Art. 65. A iniciativa das Leis Complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 3
[Signature]

Quanto à matéria do projeto ora analisado, estabelece, o artigo 238, da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, que é vedada a alteração de nomes do patrimônio público estadual e municipal que contenha nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, senão vejamos:

Art. 238. É vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos da lei; é vedada também a inscrição de símbolos ou nomes de autoridades ou administradores em placas indicadoras de obras ou em veículo de propriedade ou a serviço da administração pública direta, indireta ou fundacional do Estado, a partir da promulgação dessa Constituição, inclusive a atribuição de nome de pessoa viva a bem público de qualquer natureza, pertencente ao Estado ou ao Município. (grifo nosso)

Além disso, a LEI ESTADUAL N.º. 8761/88 também veda, em seu artigo 1º, a alteração dos próprios públicos estaduais, senão vejamos:

Art. 1º. Fica vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais que contenham nomes de pessoas, fatos históricos ou geográficos, no Estado do Paraná, como forma de se preservar a memória tradicionalista da vida paranaense. (grifo nosso)

D. L.
Fls. 14



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


Desta forma, havendo necessidade de averiguação no sentido de saber se já não possui denominação, a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, em parecer técnico, manifestou-se favoravelmente ao projeto, não obstante seu prosseguimento.


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice no na LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98, que dispõe sobre a técnica legislativa.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela APROVAÇÃO do projeto, tendo em vista sua constitucionalidade.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JUNIOR
RELATOR








APROVADO

14/08/12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 124/2012

Projeto de Lei nº 124/2012
Autor: Deputado Mauro Moraes

Súmula: Fica denominado "Luiz Filipe Marques" o auditório do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira, em Apucarana.

I - PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei 124/12, de autoria do Deputado Mauro Moraes denomina "Luiz Filipe Marques" o auditório do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira, no município de Apucarana, no Estado do Paraná.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 124/2012, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria não há impedimento para a tramitação da presente proposta, uma vez que este projeto visa homenagear um jovem que faleceu aos 12 anos de idade em um trágico acidente, mas que mesmo criança participou de diversas atividades, demonstrando seu potencial para liderança, na realização de trabalhos de grande expressão para Apucarana. Consta ainda parecer favorável da Secretária de Educação do Estado do Paraná, já que o projeto de lei visa denominar um espaço utilizado por crianças e jovens do município.

Cumpre a nós destacar que "Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos", nos termos do disposto no Art. 33, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Desta Forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância de tal proposição. O Projeto de Lei 124/12 em análise desta Comissão, visa homenagear o jovem "Luiz Filipe Marques", com a denominação do auditório do Colégio Estadual Antônio dos Três Reis de Oliveira, em Apucarana, valorizando a bravura e o ato desta criança que morreu sonhando com um futuro melhor.

Desta forma, no que justifica-se, o Projeto de Lei 124/12 está adequado a norma legislativa bem como sem quaisquer impedimentos para sua tramitação.

Diante das exposições realizadas neste parecer, não vislumbra-se impedimentos no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise nesta Comissão, ficando evidente que tal proposta presta uma homenagem justa, sugerida e apoiada por toda comunidade de Apucarana, deixando claro a importância de seguir sua tramitação.

Desta forma opto pelo Parecer Favorável do referido Projeto de Lei 124/12, em sua forma apresentada.

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Comissões em 21 de agosto de 2012.

MARCELO RANGÉL

Presidente da Comissão

Ademir/Bier

Belator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº

360/12

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 11 JUL. 2012

1º Secretário

SÚMULA: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO
HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO
SENHOR IVO PIERIN.

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao
Senhor IVO PIERIN.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23 maio de 2012.

TERUO KATO
Deputado Estadual

13414 11/07/2012 09:47:00 DP ASSINATURA ELETRÔNICA DA 13414



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados:

Ivo Pierin nasceu em 18 de maio de 1922, na Colônia Wirmond, no município da Lapa é um exemplo de empreendedor. Começou a trabalhar acompanhando a mãe e os irmãos mais velhos entregando produtos produzidos na localidade onde morava. Em 1942 abre a Cerealista Pierin & Padilha Ltda. Se casou em 1944 com a senhora Idaísa Costa Abreu.

Em 1949 mudou-se para a cidade de Tamboara e montou o Comércio e Indústria Tamboara Ltda. Inicia o plantio de 4500 pés de café e empreita serviços de derrubadas e construção de casas para os colonos, na áreas que estavam sendo abertas.

Abre a firma Casa Santo Antonio, de Pierin & Santos Ltda., no ramo de secos e molhados, padaria e açougue, isso nos anos 50.

Com o apoio da população de Tamboara, inicia em 1956 a construção do Hospital, que foi entregue à população. No dia 21 de setembro de 1956, fundou a Associação Hospitalar de Tamboara, da qual foi o único mantenedor por mais de 10 anos e presidente até o ano de 2006.

Elegu-se vereador no ano de 1959, foi presidente da Câmara e logo se licenciou para atuar diretamente com a população, assim, nunca mais se candidatou a cargos eletivos.

Passou a atuar no ramo comercial em várias frentes, até que em 1990 abre a Comercial Agrícola Anhumal Ltda., fécula e farinha de mandioca que vem a se tornar a Podium Alimentos.

Em 1991 recebe o título de Cidadão Honorário de Tamboara e em 2002 de Paranavaí.

O empreendimento do Senhor Ivo Pierin transformou a economia regional e, conquanto a empresa esteja já consolidada, tem planos de expansão a curto prazo. "Precisamos gerar mais emprego para a nossa gente", homem que, apesar de seu patrimônio, é de costumes simples.

Ivo Pierin é um empreendedor consciente da Responsabilidade Social da Empresa, contribuindo, também, com todas as entidades assistenciais de Paranavaí. É igualmente um homem que vive a sua comunidade, sendo um colaborador na fundação da Santa Casa de Paranavaí e organizando a Festa das Nações onde os rendimentos são doados para várias instituições de caridade.

Seu orgulho e seu maior prazer como empreendedor é andar pela empresa e constatar os muitos empregos que gera, garantindo o sustento de suas famílias.

Ante ao exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Casa ao Projeto de Lei que ora apresentamos para homenagear este paranaense de coração, o qual, ao longo de sua vida, sempre esteve e está preocupado com o crescimento econômico e social do Estado e de sua gente. Não se trata de uma mera homenagem. É, na verdade, o reconhecimento a um homem que orgulha a todos os paranaenses, especialmente os habitantes da cidade de Paranavaí, pelo seu espírito empreendedor e por sua consciência altruísta, com visão sócio-comunitária.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 360/2012

Projeto de Lei nº 360/2012
Autores: Deputado Teruo Kato

Súmula: CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO SENHOR IVO PIERIN.

EMENTA. TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Teruo Kato, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor IVO PIERIN.

FUNDAMENTAÇÃO

Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



4 (quatro) das seguintes condições:
(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação;

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação.

(Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da proposição devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluída pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.

No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo (fls. 04), o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

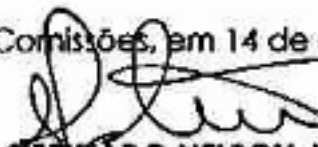


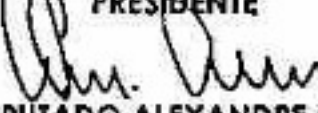
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista o preenchimento dos requisitos exigidos, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei.

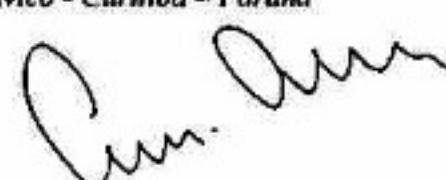
Sala das Comissões, em 14 de agosto de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

APROVADO

Unanimidade 41/08





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PROJETO DE LEI Nº

423/12



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 20 AGO. 2012

1º Secretário

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural Pato Branco, com sede e foro no município de Pato Branco.

5

Art 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Rural Pato Branco, com sede e foro no município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 20 de agosto de 2012.

6


AUGUSTINHO ZUCCHI
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

JUSTIFICATIVA



A Sociedade Rural Pato Branco – SRPB, fundada em 30 de setembro de 1988 é uma entidade sem fins lucrativos, e tem como finalidade agregar pessoas físicas e jurídicas ligadas ao meio rural, dando auxílio e orientação em defesa de seus direitos, interesses e aspirações da classe e sua comunidade.

Entre as atividades desenvolvidas pela Sociedade Rural Pato Branco –SRPB temos:

- Promover e patrocinar o estudo de problemas e dificuldades inerentes de pecuaristas e agricultores, contribuindo para sua solução;
- Colaborar com os poderes públicos e entidades afins no sentido de fortalecer o espírito associativo entre os que exercem as atividades rurais;
- Promover exposições e feiras de animais e produtos agrícolas e industriais, estimulando o livre comércio e a prática de preços mais justos em benefício aos seus associados;
- Defender a observância de melhores técnicas e regras para a preservação das áreas verdes, melhor uso do solo, defesa da ecologia e saúde da coletividade;
- Promover e patrocinar o convívio entre seus associados e familiares;
- Estabelecer convênios com instituições públicas e privadas para promover intermediações de produtos e serviços adquiridos pelos sócios em benefício de seus associados.

Por estas considerações e pela relevância dos serviços prestados à classe rural, julgamos que a Sociedade Rural Pato Branco atende plenamente os requisitos para ser declarada de Utilidade Pública Estadual por esta Assembleia Legislativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 423/2012

Projeto de Lei nº. 423/2012

Autor: Deputado Estadual Augustinho Zucchi.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Sociedade Rural Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a *Sociedade Rural Pato Branco, com sede e foro no Município de Pato Branco, Estado do Paraná*.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça;

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



g) declaração de utilidade pública de entidades civis,
(grifo nosso).

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente entidade é de Associação Privada sem fins lucrativos, e tem como finalidade a pesquisa e meio ambiente, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:

Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;
- II - que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 35
52

seus atos constitutivos demonstram as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisas;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.


Cumpra ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR

APROVADO
13/09/12